

Óleo e Gás  
Participações S.A.

**Demonstrações Financeiras em  
31 de dezembro de 2017 com  
Relatório dos Auditores  
Independentes sobre as  
Demonstrações Financeiras**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>4</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>11</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>14</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>15</b>
<b>Demonstrações Financeiras - "Formulário CVM"</b>	<b>32</b>

## **Relatório da Administração**

A Óleo e Gás Participações S.A. (“OGpar” ou “Companhia”) anuncia seus resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. As informações financeiras a seguir são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB e em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário.

### Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com o relatório dos auditores independentes (KPMG Auditores Independentes), emitido, em 7 de março de 2018 e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2018



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telephone number +55 (21) 2207-9400, Fax number +55 (21) 2207-9000

www.kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e acionistas**

**Óleo e Gás Participações S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Óleo e Gás Participações S.A. ("Companhia"), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Óleo e Gás Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e o seu respectivo fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

## Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase - Procedimento arbitral para exclusão de investida no Consórcio BS-4

Chamamos a atenção para a nota explicativa n.º 1 às demonstrações financeiras, que descreve que em 20 de outubro de 2017 a investida da Companhia, Dommo Energia S.A. (“Dommo”), foi notificada por uma das parceiras do bloco exploratório BS-4 solicitando a exclusão da Dommo do consórcio. A Dommo iniciou um processo de arbitragem com questionamentos relacionados a esse assunto em 23 de outubro de 2017. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Reestruturação societária e pressuposto de continuidade

Chamamos a atenção para a nota explicativa n.º 2 às demonstrações financeiras, que descreve que em 02 de junho de 2017 a Companhia e demais recuperandas ingressaram junto ao juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, pedido de encerramento do processo de Recuperação Judicial, tendo sido deferido o pedido em 2 de agosto de 2017, sem prejuízo da continuidade do cumprimento dos planos de recuperação judicial, que considera a incorporação da Companhia pela sua investida Dommo Energia S.A no decorrer do exercício de 2018. Como resultado desta futura incorporação, as demonstrações financeiras da Companhia não foram preparadas no pressuposto de continuidade, e devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Valorização dos ativos financeiros

Conforme Nota Explicativa n.º 6 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria avaliou esse assunto
A carteira de investimentos da Companhia representa 80% do total de seus ativos, sendo a única fonte de operações e resultados de desempenho. A referida carteira é composta por ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultados, com base em cotação de fechamento da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&F BOVESPA, que são ativamente negociados e para os quais os preços são observáveis. Contudo, devido ao fato desses ativos serem considerados os principais fatores que influenciam o Ativo líquido e o reconhecimento de resultado no contexto das demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação da classificação desse investimento de curto prazo nas demonstrações financeiras. Recalculamos o valor justo deste investimento, com base em preços disponíveis obtidos junto a fontes de mercado independentes ou informações observáveis no mercado, assim como avaliamos os registros nas contas contábeis de títulos e valores mobiliários e outros resultados abrangentes. Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.  Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração e divulgação dos ativos financeiros no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

## Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

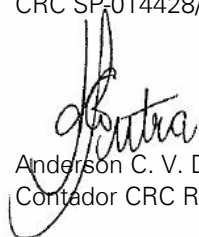
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Anderson C. V. Dutra  
Contador CRC RJ-093231/O-6



# Óleo e Gás Participações S.A.

## (Companhia aberta)

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	898	65
Títulos e valores mobiliários	6	35.882	-
Impostos de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar	9	7.448	-
Créditos com partes relacionadas	10	633	-
Outros créditos e despesas antecipadas	7	210	518
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>45.071</b>	<b>583</b>
<b>Não circulante</b>			
Impostos de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar	9	-	9.960
Créditos com partes relacionadas	10	-	633
		-	<b>10.593</b>
Investimentos	8	-	129
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>-</b>	<b>10.722</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>45.071</b>	<b>11.305</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	11	462	1.236
Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recolher	9	2	13
Salários e encargos trabalhistas		122	82
Empréstimos com partes relacionadas	10	93.017	81.261
Outras contas a pagar		151	274
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>93.754</b>	<b>82.866</b>
<b>Não circulante</b>			
Provisão para perda de investimentos	8	-	349.820
		-	<b>349.820</b>
<b>Patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>			
Capital social		8.821.155	8.821.155
Reservas de capital		-	30.362
Ajustes acumulados de conversão	12	-	(55.204)
Outros resultados abrangentes		(9.316)	-
Prejuízos acumulados		(8.860.522)	(9.217.694)
<b>Total patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>		<b>(48.683)</b>	<b>(421.381)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>		<b>45.071</b>	<b>11.305</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Óleo e Gás Participações S.A. (Companhia aberta)

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

*(Em milhares de Reais, exceto pelo prejuízo básico e diluído por ações)*

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	13	(4.696)	(5.384)
Outras despesas operacionais		(2.491)	-
Ganho efeito da alteração de participação em investida	8	938.257	18.228
Realização de ajustes acumulados de conversão		(51.024)	(14.031)
Resultado de equivalência patrimonial	8	<u>(517.063)</u>	<u>(181.085)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		<b>362.983</b>	<b>(182.272)</b>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	14	555	971
Despesas financeiras	14	(5.637)	(6.411)
Variação cambial líquida	14	<u>(729)</u>	<u>8.653</u>
		<b>(5.811)</b>	<b>3.213</b>
Lucro (prejuízo) antes dos tributos		<b>357.172</b>	<b>(179.059)</b>
Imposto de renda e contribuição social	9	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro (prejuízo) do exercício		<u><b>357.172</b></u>	<u><b>(179.059)</b></u>
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)	19	<u>11,03740</u>	<u>(5,53331)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Óleo e Gás Participações S.A. (Companhia aberta)

## Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

*(Em milhares de Reais)*

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (prejuízo) do exercício	357.172	(179.059)
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	55.204	99.262
Ativos financeiros disponíveis para venda - variação líquida no valor justo	<u>(9.316)</u>	<u>-</u>
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b><u>403.060</u></b>	<b><u>(79.797)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Óleo e Gás Participações S.A. (Companhia aberta)

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Ajustes acumulados de conversão	Outros resultados abrangentes	(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016		<b>8.821.155</b>	-	<b>(154.466)</b>	-	<b>(9.038.635)</b>	<b>(371.946)</b>
Ágio reflexo na emissão de ações da investida		-	30.362	-	-	-	30.362
Ajuste reflexo de conversão de moeda estrangeira em investida	8	-	-	99.262	-	-	99.262
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(179.059)	(179.059)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<b>8.821.155</b>	<b>30.362</b>	<b>(55.204)</b>	-	<b>(9.217.694)</b>	<b>(421.381)</b>
Ágio reflexo na emissão de ações da investida		-	20.523	-	-	-	20.523
Ajuste reflexo de conversão de moeda estrangeira em investida	8	-	-	4.180	-	-	4.180
Realização de ajustes acumulados de conversão		-	-	51.024	-	-	51.024
Ajustes de reclassificação na diluição de participação		-	(50.885)	-	-	-	(50.885)
Varição no valor justo - Disponíveis para venda		-	-	-	(9.316)	-	(9.316)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	357.172	357.172
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<b>8.821.155</b>	-	-	<b>(9.316)</b>	<b>(8.860.522)</b>	<b>(48.683)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Óleo e Gás Participações S.A.

## (Companhia aberta)

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>			
Lucro (prejuízo) do exercício		357.172	(179.059)
<b>Ajustes para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:</b>			
Resultado de equivalência patrimonial	8	517.063	181.085
Ganho do efeito na alteração de participação em investida	8	(938.257)	(18.228)
Realização de ajustes acumulados de conversão		51.024	14.031
Variação cambial não realizada sobre empréstimos e financiamentos	10	728	(8.743)
Juros/encargos sobre financiamento passivo provisionados	10	4.714	5.242
<b>Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações</b>		<b>(7.556)</b>	<b>(5.672)</b>
<b>Variação nos ativos e passivos</b>			
Outros créditos e partes relacionadas		308	(15)
Impostos de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar	9	2.512	12.807
Fornecedores	11	(774)	(917)
Salários e encargos trabalhistas		40	5
Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recolher	9	(11)	4
Outras contas a pagar		-	123
		<b>2.075</b>	<b>12.007</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<b>(5.481)</b>	<b>6.335</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:</b>			
Captações de empréstimos e financiamentos	10	6.314	8.593
Amortização de principal	10	-	(14.922)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamentos</b>		<b>6.314</b>	<b>(6.329)</b>
<b>Variação no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>833</b>	<b>6</b>
Demonstração da variação no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		65	59
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		898	65
<b>Variação no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>833</b>	<b>6</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Óleo e Gás Participações S.A.

## (Companhia aberta)

### Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		<u>(5.175)</u>	<u>(3.297)</u>
Valor adicionado bruto		<u>(5.175)</u>	<u>(3.297)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		<u>(5.175)</u>	<u>(3.297)</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	8	(517.063)	(181.085)
Ganho do efeito na alteração de participação em investida	8	938.257	18.228
Realização do ajuste acumulado de conversão		(51.024)	(14.031)
Receitas financeiras e variação cambial líquida	14	<u>(174)</u>	<u>9.624</u>
		<u>369.996</u>	<u>(167.264)</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>364.821</u>	<u>(170.561)</u>
Distribuição do valor adicionado			
Empregados		1.573	814
Tributos			
Impostos, taxas e contribuições		439	1.273
Despesas financeiras	14	<u>5.637</u>	<u>6.411</u>
Remuneração de capitais próprios			
Lucro (prejuízo) retidos		<u>357.172</u>	<u>(179.059)</u>
Valor adicionado total distribuído		<u>364.821</u>	<u>(170.561)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado em contrário)

### 1 Contexto operacional

#### 1.1 Estrutura societária

A Óleo e Gás Participações S.A. (“OGpar” ou “Companhia”) foi constituída em 10 de abril de 2006, sob a razão social Centennial Asset Participação Corumbá S.A. Após a cisão do acervo líquido associado a outros negócios que não petróleo e gás, a razão social foi alterada, em 3 de setembro de 2007 para OGX Petróleo e Gás Participações S.A. e posteriormente, em 06 de dezembro de 2013 para a denominação atual. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, que atuam no segmento de petróleo e gás, nacionais ou estrangeiras, constituídas sob qualquer tipo societário.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía 1,29% de participação no Grupo Dommo Energia (investida).

#### 1.2 Portfólio da investida Dommo Energia

##### *Campos em desenvolvimento e em produção*

Em 31 de dezembro de 2017 a investida Dommo Energia possuía participação nos seguintes campos:

Nº	País	Bacia	Bloco	Campo	Operador	% Dommo Energia	Período contratual
1	Brasil	Campos	BMC 41	Tubarão Azul	Dommo Energia	100%	09/05/2012 a 09/05/2039 (i)
2	Brasil	Campos	BMC 39 e 40	Tubarão Martelo	Dommo Energia	100%	19/04/2012 a 19/04/2039 (ii)
3	Brasil	Santos	BS-4	Atlanta	Queiroz Galvão E&P	40%	27/12/2006 a 27/12/2033 (iii)
4	Brasil	Santos	BS-4	Oliva	Queiroz Galvão E&P	40%	27/12/2006 a 27/12/2033 (iii)

- (i) Em processo de abandono definitivo. Conforme fato relevante no dia 22 de janeiro de 2016 foi concluída a desmobilização do navio de produção FPSO OSX-1 que operava no campo.
- (ii) O Campo de TBMT encontra-se atualmente em produção.
- (iii) Os Campos Atlanta e Oliva encontram-se atualmente em desenvolvimento, com previsão para o primeiro óleo do Campo Atlanta no início de 2018.

A investida da Companhia, Dommo Energia S.A. (“Dommo”), foi notificada por uma das parceiras do bloco exploratório BS-4 solicitando a exclusão da Dommo do consórcio. A Dommo iniciou um processo de arbitragem com questionamentos relacionados a esse assunto em 23 de outubro de 2017.

### **1.3 Recuperação Judicial**

#### ***Processo de recuperação judicial do Grupo***

Em 30 de outubro de 2013 a Óleo e Gás Participações S.A. (“OGpar”), em vista da situação financeira desfavorável em que se encontrava, dos prejuízos já acumulados, bem como do vencimento recente e vindouro de grande parte de seu endividamento, ajuizou, na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pedido de recuperação judicial, distribuído ao Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Juízo da Recuperação” - Processo nº 0377620-56.2013.8.19.0001), em conjunto com suas então controladas, Dommo Energia S.A. (“Dommo Energia”), a época denominada OGX Petróleo e Gás S.A., OGX International GmbH e OGX Austria GmbH (em conjunto “Recuperandas”), nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei n.º 11.101/05 (“LFR”), em medida de urgência, mediante deliberação de seu Conselho de Administração em 30 de outubro de 2013 (“Recuperação Judicial”).

Em 21 de novembro de 2013, o Juízo da Recuperação proferiu decisão (i) deferindo o processamento da Recuperação Judicial em relação às empresas OGpar e Dommo Energia, bem como (ii) indeferindo o processamento da Recuperação Judicial em relação à OGX International e OGX Austria, por entender que não teria jurisdição sobre as referidas companhias. Contra a referida decisão foi interposto o Agravo de Instrumento nº 0064658-77.2013.8.19.0000, ao qual foi dado provimento em 19 de fevereiro de 2014, por decisão unânime. Em 23 de julho de 2014, foi negado provimento aos embargos de declaração opostos pelo Ministério Público contra o referido acórdão. O recurso especial interposto pelo Ministério Público contra esse acórdão foi inadmitido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, por decisão publicada em 02 de julho de 2015.

Em 14 de fevereiro de 2014, as companhias apresentaram, individualmente, seus respectivos planos de recuperação judicial (“Plano”) com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados; demonstração de viabilidade econômica; e laudos econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos das companhias. As companhias apresentaram, ainda, a relação dos credores que estão sendo pagos nos termos e condições indicados no Plano. O edital contendo a relação de credores foi publicado em 06 de março de 2014 e os interessados apresentaram ao administrador judicial (“Deloitte”) suas habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados. O Plano foi aprovado por aproximadamente 90% dos credores das companhias nas assembleias gerais realizadas em 3 de junho de 2014, sendo homologado pelo Juízo da Recuperação, conforme decisão publicada no Diário Oficial de Justiça em 26 de junho de 2014 (“Decisão Homologatória”). Em 16 de outubro de 2014, a Dommo Energia realizou o aumento de capital que converteu créditos concursais e extraconcursais em ações, marco importante para a reestruturação das Companhias.

Em 30 de setembro de 2014, como forma de otimizar os custos operacionais do Grupo OGpar, (e viabilizar a continuidade dos negócios) as participações que a Óleo e Gás Participações S.A. possuía na OGX International e na OGX R-11 foram transferidas para a Dommo Energia, anteriormente denominada OGX Petróleo e Gás S.A.

Em 02 de junho de 2017, entendendo não mais existir pendências e obstáculos que pudessem impedir o encerramento da Recuperação Judicial, as Recuperandas, ingressaram junto ao juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, com pedido de encerramento do processo de Recuperação Judicial, tendo sido cumpridas todas as obrigações previstas em seus



respectivos planos vencidas até 2 (dois) anos após a concessão da recuperação judicial, conforme dispõe o art. 63 da Lei nº 11.101/05.

Em 02 de agosto de 2017, o Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro decretou o encerramento do processo de recuperação judicial das recuperandas.

Ainda nos termos da referida decisão judicial, o encerramento da fase judicial da recuperação atenderá aos ditames legais, sem prejuízo da continuidade do cumprimento dos planos de recuperação judicial e da solução de incidentes ainda pendentes de julgamento, os quais permanecerão a correr perante o juízo da recuperação judicial.

Adicionalmente, as Companhias informam que há recursos pendentes de julgamento contra a decisão que homologou os planos de recuperação judicial, desprovidos, no entanto, de efeito suspensivo, e que, portanto, não obstam o encerramento do processo de recuperação judicial e a continuidade do cumprimento dos respectivos planos de reestruturação aprovados pelos credores.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras**

### **Base de preparação**

**a. *Declaração de conformidade com relação às normas de IFRS e às normas do CPC***

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras da OGpar não foram elaboradas com pressuposto de continuidade, em razão da intenção da administração em cumprir com o processo de incorporação da OGpar pela Dommo Energia, previsto no Plano de Recuperação Judicial de ambas empresas.

As práticas contábeis utilizadas estão descritas nos parágrafos abaixo.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

**b. *Base de mensuração***

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

**c. *Moeda funcional e moeda de apresentação***

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**d. *Uso de estimativas e julgamentos***

A preparação das informações de acordo com as normas IFRS e com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores relatados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são

revisadas e em quaisquer exercícios posteriores afetados. As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro está incluída na Nota Explicativa nº 8 - Investimento – Valor justo na investida Dommo Energia.

**e. *Demonstrações Financeiras Dommo Energia:***

Dada a relevância da investida Dommo Energia nos resultados e posição patrimonial da OGpar, a administração da Companhia sugere a leitura conjunta das demonstrações financeiras das duas Companhias.

**f. *Aprovação das demonstrações financeiras***

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 foram apreciadas e sua divulgação foi autorizada pela Administração em 02 de março de 2018.

### **3 *Resumo das principais práticas contábeis***

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

**a. *Apuração do resultado***

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

**b. *Instrumentos financeiros***

*Tipos de instrumentos financeiros*

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- Empréstimos e recebíveis.
- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mantidos para venda.
- Mantidos até o vencimento

Os passivos financeiros podem ser classificados como:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Outros passivos financeiros

***Classificação***

*Empréstimos e recebíveis*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

*Ativos financeiros disponíveis para venda*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, receita financeira e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação

patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

Os ativos financeiros da Companhia classificados como disponíveis para venda são exemplificados por:

- Títulos e valores mobiliários: incluem-se neste grupo os títulos e valores mobiliários adquiridos pela Companhia e por suas controladas, com a finalidade de venda ou de recompra, os quais não atendem à definição de caixa e equivalentes de caixa.

#### *Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado*

Enquadram-se nessa categoria os ativos e passivos financeiros que satisfazem a qualquer uma das seguintes condições:

- São mantidos para negociação: casos de instrumentos financeiros com a finalidade de venda ou recompra em prazos curtos e dos derivativos, exceto em eventuais situações de hedge accounting, que atualmente não é adotado.
- São designados no reconhecimento inicial como mensurados ao valor justo por meio de resultado, pois a estratégia documentada de investimento e de gerenciamento de risco desse instrumento é realizada com base no valor justo.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado da Companhia são exemplificados por:

- Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

#### *Outros passivos financeiros*

Os passivos financeiros que não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado são classificados como outros passivos financeiros.

Os outros passivos financeiros da Companhia são exemplificados através de:

- Fornecedores.
- Empréstimo com partes relacionadas.

#### ***Reconhecimento e mensuração***

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, tendo sido mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis e os outros passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

#### **c. Moeda estrangeira**

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional pela taxa de câmbio da data de cada transação. Nas datas de fechamento, ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio do fechamento e os ganhos e perdas de variação cambial são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários

adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos, nas datas de fechamento, com base nas taxas de câmbio das datas das transações e, portanto, não geram variações cambiais.

Nos casos de coligadas no exterior, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da Companhia, converte-se (*translation*), para fins de aplicação do método de equivalência patrimonial, seus ativos e passivos pela taxa de câmbio de fechamento, o patrimônio líquido pela taxa histórica e o resultado pela taxa de câmbio média mensal. A diferença gerada pelas conversões a taxa distintas é reconhecida no patrimônio líquido, em “outros resultados abrangentes”, como ajustes acumulados de conversão (*CTA*) e reconhecida na demonstração do resultado quando esses investimentos são alienados, no todo ou parcialmente. As coligadas no exterior definiram como sua moeda funcional o Dólar Norte-Americano. As coligadas no país utilizam o Real como moeda funcional. Por conta da diluição na participação da Companhia sobre as coligadas existentes durante o exercício, em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui apenas investidas classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, e passou a não mais registrar os efeitos de *CTA* mencionados acima.

**d. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia e de suas investidas são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 por ano, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados a 30% do lucro real.

**e. Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do resultado do exercício, atribuível aos acionistas controladores, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação no mesmo exercício, uma vez que a Companhia não possui ações preferenciais. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

**f. Receitas e despesas financeiras**

Abrangem, basicamente, juros de empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais também são apresentados como receitas ou despesas financeiras. Os juros pagos são apresentados como atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

**g. Reserva de capital**

Em casos de aumentos de capital somente R\$ 0,01 por ação é alocado à conta de capital social da Companhia em vista do seu patrimônio líquido negativo. O restante do valor por ação, se aplicável, é alocado à reserva de capital.

**h. Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018 e não foram adotadas na preparação destas. A única que esperamos ser relevante para a Companhia está mencionada abaixo. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

***IFRS 9 Financial Instruments (CPC 48 Instrumentos Financeiros)***

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e

Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A Companhia avaliou que os impactos da aplicação do respectivo pronunciamento não será relevante nas Demonstrações Financeiras.

### **Outras alterações**

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- IAS 7 / CPC 26: Iniciativa de divulgação
- IAS 12 / CPC 32: Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas
- IFRS 16 Leases (Arrendamento)
- IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **4 Preparação das demonstrações financeiras**

O resultado de equivalência patrimonial, registrado até 29 de setembro de 2017, existente nas demonstrações financeiras incluem as informações de suas investidas indicadas a seguir:

	<b>Percentual de participação</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Investidas diretas:</b>		
Dommo Energia (i)	1,29	25,89
<b>Investidas indiretas:</b>		
OGX R-11 (iv)	1,29	25,89
OGX International (iv)	1,29	25,89
OGX Austria (iv)	1,29	25,89
OGX Netherlands Holding (iv)	1,29	25,89
OGX Netherlands (iv)	1,29	25,89
Atlanta Field (ii)	0,52	10,36
<b>Controladas em conjunto (empreendimento em conjunto):</b>		
OGMP Transporte Aéreo (iii)	-	50,00

- (i) No terceiro trimestre de 2017 a investida Dommo Energia liquidou seu endividamento financeiro mediante capitalização de créditos, dentro do limite do capital autorizado nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Dommo Energia. Em decorrência do aumento de capital acima não acompanhado pela OGpar, a OGpar teve sua participação na Dommo Energia diluída de 25,89% para 1,29%. Adicionalmente, como consequência da diluição citada, a participação na Dommo Energia S.A. passou a ser classificada como ativo financeiro disponível para venda, rubrica “títulos e valores mobiliários”, mensurado ao valor justo.
- (ii) Controlada em conjunto (“empreendimento controlado em conjunto”) com a Queiroz Galvão Exploração e Produção e a Barra Energia
- (iii) Controlada em conjunto (“empreendimento controlado em conjunto”) com a Eneva S.A.. No primeiro trimestre de 2017 foi concluída a dissolução da sociedade, decidida por unanimidade entre OGpar e Eneva S.A, tendo em vista que a OGMP não desenvolvia mais sua atividade operacional.
- (iv) Em 31 dezembro de 2017 e 2016, a investida Dommo Energia mantém participação de 100%, direta ou indireta, nessas sociedades.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme entre as empresas e são consistentes com aquelas utilizadas na apresentação dos números do exercício anterior.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Circulante		
Caixa e conta-corrente	893	6
Fundo de Investimento		
Itaú Top DI Referenciado (*)	5	59
	<b>898</b>	<b>65</b>

- (\*) Fundo de Investimento TOP DI FI REFERENCIADO

O objetivo do fundo é aplicar seus recursos em cotas de fundos de investimento classificados como “Referenciado DI”, os quais investem em ativos financeiros que buscam acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) ou da taxa Selic, de forma que, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) dos ativos financeiros componentes de suas respectivas carteiras estejam atrelados, direta ou indiretamente, a este parâmetro, observado que a rentabilidade do fundo será impactada em virtude dos custos e despesas do fundo, inclusive taxa de administração, se houver. Esse fundo é considerado de liquidez imediata e possui garantia de recompra do papel.

### **Classificação e mensuração**

Os saldos mantidos em contas-correntes têm seus valores justos equivalentes aos saldos contábeis e são classificados como empréstimos e recebíveis.

## 6 Títulos e valores mobiliários

Refere-se as 34.502.394 ações detidas pela Companhia na Dommo Energia S.A..

## 7 Outros créditos

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Prêmio de seguros	187	95
Adiantamento à fornecedores	23	-
Adiantamentos a colaboradores	-	423
	<b>210</b>	<b>518</b>

## 8 Investimentos

<b>Investimento</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Dommo Energia		
Valor contábil do investimento (% do patrimônio líquido)	-	(241.110)
Ajuste perda de controle - deságio	-	(818.361)
	<u>-</u>	<u>(1.059.471)</u>
Subtotal	-	<b>(1.059.471)</b>
Realização do deságio	-	709.651
Total (*)	-	<b>(349.820)</b>
OGMP Transporte Aéreo		
Valor contábil do investimento (% do patrimônio líquido)	-	129
	<u>-</u>	<u>129</u>
	<u>-</u>	<u><b>(349.691)</b></u>

(\*) Em 30 de setembro de 2017 a participação da Companhia de 1,29% na Dommo Energia S.A. passou a ser classificada como ativo financeiro, rubrica “títulos e valores mobiliários”, mensurado ao valor justo por meio de resultado.

### Movimentação do investimento

<b>a. Saldo em 1º de janeiro de 2016</b>	<u><b>(302.427)</b></u>
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	85.231
Resultado de equivalência patrimonial	(181.085)
Ganho efeito da variação de participação em coligada	18.228
Equivalência patrimonial reflexa ágio na emissão de ações	30.362
	<u>30.362</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<u><b>(349.691)</b></u>
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	4.180
Resultado de equivalência patrimonial	(517.063)
Equivalência reflexa na emissão de ações da investida	(30.362)
Ganho efeito da alteração de participação em investida	938.257
Efeito reclassificação participação Dommo Energia para ativo financeiro	(45.198)
Efeito dissolução OGMP	(123)
	<u>(123)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<u><u>-</u></u>

## 9 Imposto de renda, contribuição social e outros impostos e contribuições

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Ativo circulante e não circulante		
IRRF sobre aplicações financeiras	5	2.491
IRPJ a compensar	7.429	7.455
Outros a compensar	14	14
	<u>14</u>	<u>14</u>
<b>Total de imposto e contribuições a recuperar</b>	<u><b>7.448</b></u>	<u><b>9.960</b></u>
Passivo circulante		
IRRF	-	2
COFINS a pagar	1	3
Outros	1	8
	<u>1</u>	<u>8</u>
<b>Total de impostos e contribuições a recolher</b>	<u><b>2</b></u>	<u><b>13</b></u>

A conciliação da apuração de imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2017		31/12/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo do exercício antes do IRPJ e CSLL	357.172	357.172	(179.059)	(179.059)
Adições/exclusões de natureza permanentes:				
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota Explicativa nº 8 (a))	517.063	517.063	181.085	181.085
Ganho efeito da variação de participação em investida	(938.257)	(938.257)	(18.228)	(18.228)
Realização de ajustes acumulados de conversão	51.024	51.024	14.031	14.031
Outras Adições / exclusões líquidas	-	-	45	45
Base de cálculo para IRPJ e CSLL	<b>(12.998)</b>	<b>(12.998)</b>	<b>(2.126)</b>	<b>(2.126)</b>
	<b>15% + adicional 10%</b>	<b>9%</b>	<b>15% + adicional 10%</b>	<b>9%</b>
Alíquotas (%)				
IRPJ e CSLL diferido	<b>3.250</b>	<b>1.170</b>	<b>532</b>	<b>191</b>
Reversão de IRPJ e CSLL corrente e diferido	<b>(3.250)</b>	<b>(1.170)</b>	<b>(532)</b>	<b>(191)</b>
Total do IRPJ e CSLL contabilizado	-	-	-	-
Alíquota efetiva	-	-	-	-

## 10 Partes relacionadas

Os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão representados a seguir:

	Créditos com partes relacionadas		Empréstimos e financiamentos (passivo)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Dommo Energia	-	-	(93.017)	(81.261)
OGX International	633	633	-	-
	<b>633</b>	<b>633</b>	<b>(93.017)</b>	<b>(81.261)</b>

Os saldos passivos apresentados acima referem-se a mútuos remunerados pelo CDI ou Libor 6 meses + 2,5%. As companhias tem flexibilidade para rolar o vencimento desse mútuo.

### Movimento dos empréstimos e financiamentos

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>Passivo (81.261)</b>
Novas captações	(6.314)
Juros incorridos	(4.714)
Variação cambial	(728)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(93.017)</b>

### Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores está detalhada na Nota Explicativa nº 15.



## 11 Fornecedores

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores nacionais	320	500
Fornecedores estrangeiros	142	736
	<b>462</b>	<b>1.236</b>

Saldos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 refere-se basicamente a custos a serem pagos em até 48 parcelas mensais no âmbito da recuperação judicial.

## 12 Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

### a. Capital social

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não ocorreram integralizações de capital na Companhia.

	31/12/2017		31/12/2016	
	Nº de ações ordinárias	Participação %	Nº de ações ordinárias	Participação %
<b>Acionistas</b>				
Centennial Asset Funds (i)	16.233.332	50,17	16.233.332	50,17
Outros (acionistas com participação individual inferior a 5%)	16.126.836	49,83	16.126.836	49,83
	<b>32.360.168</b>	<b>100,00</b>	<b>32.360.168</b>	<b>100,00</b>

- (i) Centennial Asset Mining Fund LLC e Centennial Asset Brazilian Equity Fund, ambos controlados pelo Sr.Eike Fuhrken Batista.

### *Custo na emissão de ações*

Os custos de distribuição da Oferta Pública de Ações no valor de R\$ 236.951 estão registrados em conta retificadora do capital social. Estes custos se referem à comissão e aos serviços de registro e listagem da oferta, advogados, auditores, publicidade e outros.

### b. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 0,001% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001). A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/1995.

Em função do lucro não realizado apresentado em 31 de dezembro de 2017, não houve proposta de dividendos relativos ao exercício.

### c. Ajuste acumulado de conversão

Devido à conversão de moeda relativa aos investimentos indiretos em empresas com moedas funcionais diferentes da moeda funcional da Companhia (e da moeda de apresentação destas demonstrações financeiras), foram apurados ajustes acumulados de conversão registrados na conta de resultados abrangentes.

### **Movimentação ajustes acumulados de conversão**

Saldo em 31 de dezembro de 2016	<b>(55.204)</b>
Ajustes de conversão de moeda estrangeira (reflexo)	4.180
Realização de ajustes acumulados de conversão	51.024
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u><u>-</u></u>

## **13 Despesas administrativas e gerais**

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com pessoal	1.976	977
Serviços prestados por terceiros	951	1.570
Seguros	790	1.129
Outros	979	1.708
	<u><b>4.696</b></u>	<u><b>5.384</b></u>

## **14 Resultado financeiro**

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre mútuos	(4.714)	(5.242)
Juros diversos	-	(1)
Outros	(923)	(1.168)
	<u><b>(5.637)</b></u>	<u><b>(6.411)</b></u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Atualização de créditos tributários	515	954
Rendimento de aplicações financeiras	40	9
Outros	-	8
	<u><b>555</b></u>	<u><b>971</b></u>
Variação cambial líquida	<u><b>(729)</b></u>	<u><b>8.653</b></u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u><u><b>(5.811)</b></u></u>	<u><u><b>3.213</b></u></u>

## **15 Remuneração dos administradores**

Os administradores apresentados referem-se aos membros do Conselho de Administração e diretoria. O impacto da remuneração dos administradores da Companhia no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está apresentado no quadro abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Diretoria	55	-
Conselho de Administração	1.528	812
<b>Efeito no resultado</b>	<u><u><b>1.583</b></u></u>	<u><u><b>812</b></u></u>

## 16 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A OGpar é uma holding com participação direta, não controladora, na Dommo Energia, e com participações indiretas, também não controladora, em outras entidades (vide Nota Explicativa nº 8). A OGpar individualmente não possui instrumentos financeiros de montantes relevantes, não obstante, sua investida mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado e expectativas futuras. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos. Os resultados obtidos com as operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

### a. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A Companhia possui política formal para gerenciamento de riscos. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras, riscos das taxas de juros e inflação oriundos dos ativos e passivos adquiridos, poderão ser neutralizados, quando considerados relevantes, de acordo com a avaliação do contexto econômico e operacional pela Administração. A contratação de instrumentos de proteção de contra variação no preço do petróleo está sujeita aos limites de exposição física e de volatilidade previstos na Política de Comercialização da Companhia.

### b. Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (*commodities*), taxas de câmbio e de juros.

#### b.1 Risco de variação de preço: petróleo

##### *Gerenciamento de risco*

A investida Dommo Energia possui política formal de gerenciamento de estoque e comercialização na qual se definem as alçadas de decisão para a comercialização de petróleo e os critérios para gerenciamento do preço de venda do petróleo. As diretrizes de proteção do preço da *commodity* preveem a utilização de instrumentos derivativos para fixação do preço de venda de forma a assegurar uma maior estabilidade e previsibilidade do fluxo de receitas da Companhia.

##### *Operações protegidas por instrumentos derivativos contra variação de preço*

A investida Dommo Energia, de acordo com a Política de Comercialização, pode utilizar instrumentos derivativos com a finalidade de fixar o preço de venda do óleo já produzido, podendo, também, fixar o preço de até três meses de produção, ou eventualmente de outro horizonte que venha a ser aprovado pelo Conselho de Administração. Os instrumentos derivativos utilizados poderão ser futuros, *swaps*, “*collars*” e opções. As operações podem ser realizadas nas Bolsas NYMEX - New York Mercantile Exchange e ICE - Intercontinental Exchange, assim

como no mercado de balcão. Não houve nenhuma operação com instrumentos derivativos em 2017 e 2016.

*Análise de sensibilidade - testes de estresse*

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não havia derivativos de petróleo em aberto.

**b.2 Risco cambial**

Risco de flutuação nas taxas de câmbio associadas aos ativos e passivos da Companhia.

*Gerenciamento de risco*

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito consolidado de suas empresas para identificar e reduzir os riscos associados à oscilação do valor das moedas que estão relacionadas aos ativos e passivos. O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas investidas da Companhia. A ideia é minimizar o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos podem ser utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do hedge natural. A Companhia pode atuar na contratação de operações de derivativos, dentro dos seguintes limites:

- Para valores efetivamente comprometidos ou contratados, nos quais já existam contratos firmados com fornecedores, pode ser adotada a posição de cobertura de até 100%, independentemente do prazo da exposição.
- Para valores estimados, pode ser adotada posição com prazo de cobertura limitado a doze meses e posição de cobertura inferior a 100%, ponderada com base em perspectiva conservadora de realização.

*Análise de sensibilidade para o risco cambial*

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia, não possuía ativos ou passivos relevantes expostos ao câmbio.

**c. Risco de crédito**

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa. Para mitigar os riscos, a Companhia adotou como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, as referências utilizadas são o Índice *RiskBank* da consultoria Lopes Filho e Associados e o rating da agência de risco Standard & Poors. Para avaliação das contrapartes comerciais a empresa possui normativo no qual é estabelecido um conjunto de critérios e diretrizes que representam a base para concessão de crédito a clientes nacionais e internacionais da Companhia. Os fundamentos básicos que norteiam este instrumento são o de prover maior segurança na realização dos créditos concedidos e o de minimizar eventuais riscos nas relações comerciais.

*Exposição máxima ao risco de crédito*

A exposição máxima ao risco de crédito corresponde ao total do quadro abaixo:

<b>Quadro de risco de crédito</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	895	65
Outros créditos (não inclui prêmio de seguros)	23	423
Créditos com partes relacionadas	633	633
	<u><b>1.551</b></u>	<u><b>1.121</b></u>

#### **d. Risco de liquidez**

A Companhia e suas investidas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado de curto prazo. O quadro a seguir apresenta os passivos financeiros da Companhia por faixa de vencimento.

	31/12/2017						<b>Total dos passivos financeiros</b>
	Vencido	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais que 2 anos	Outros	
Fornecedores (ii)	-	318	144	-	-	-	462
Empréstimos com partes relacionadas (i)	-	-	-	-	-	93.017	93.017
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	151	151
<b>Total</b>	<u>-</u>	<u><b>318</b></u>	<u><b>144</b></u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u><b>93.168</b></u>	<u><b>93.630</b></u>

- (i) Mútuo com vencimento renovável como forma de gestão consolidada do caixa do Grupo OGpar. A quitação deste mútuo se dará sob demanda.
- (ii) Fornecedores com prazo superior a 6 meses associados ao plano de recuperação judicial.

## **17 Informações por segmento**

A administração da OGpar não segrega os resultados da Companhia por segmentos. O resultado da OGpar é basicamente o resultado de equivalência patrimonial e outros efeitos associados às participações societárias não controladoras.

## **18 Contingências**

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não era ré em litígios cuja expectativa de perda fosse considerada provável. Na data citada a Companhia era ré nos seguintes litígios de valores relevantes e perdas consideradas possíveis na opinião de seus assessores legais externos. Não foram constituídas provisões para perda desses valores, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

- a. Ação de Cobrança IBM Brasil - Indústria Maquinas e Serviços Limitada: Em 29 de outubro de 2013 a Companhia rescindiu o contrato de prestação de serviços pactuado com a IBM. A IBM alegou que a rescisão não foi válida e que continuou prestando serviços sem por eles receber. Como a prestação do serviço teria acontecido após a distribuição do pedido de recuperação judicial, em 30 de outubro de 2013, a IBM alegou que tais valores (atualizado R\$ 9.153) além de serem devidos, não estariam submetidos à recuperação judicial. A Companhia, dentre outros argumentos, defende que eventual prestação de serviço foi residual que coligada à desmobilização do contrato e, por esse motivo, qualquer valor eventualmente devido estaria circunscrito à recuperação judicial.

- b. Ação ordinária ajuizada por minoritários com objetivo de pleitear indenização a título de perdas patrimoniais sofridas, quanto às ações já alienadas e às ações ainda em carteira, referentes a Companhia. Valor do litígio: R\$ 2.771.

## **19 Resultado por ação**

As tabelas a seguir reconciliam o lucro (prejuízo) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017 aos montantes usados para calcular o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído.

<b>Básico e diluído</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Numerador básico e diluído		
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores	<b>359.663</b>	<b>(179.059)</b>
Denominador básico e diluído		
Média ponderada de ações	<u>32.360.168</u>	<u>32.360.168</u>
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	<u><b>11,03740</b></u>	<u><b>(5,53331)</b></u>

**Composição do Conselho de Administração**

**Composição da Diretoria**

Pedro de Moraes Borba

Pedro de Moraes Borba  
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Julio Alfredo Klein Junior

**Membros independentes**

**Controller e Contador responsável**

Adriano Salviato Salvi

Jefferson Luis Castrignani Martins  
CRC-1SP218855/O-1

Jorge Rojas Carro

Renato Paulino de Carvalho Filho

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----





**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2017</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	32.360.168
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>32.360.168</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>



**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2015</b>
1	Ativo Total	45.071	11.305	24.218
1.01	Ativo Circulante	45.071	583	562
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	898	65	59
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.448	0	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	36.725	518	503
1.01.08.03	Outros	36.725	518	503
1.01.08.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	35.882	0	0
1.01.08.03.03	Créditos com partes relacionadas	633	0	0
1.01.08.03.20	Outros créditos e despesas antecipadas	210	518	503
1.02	Ativo Não Circulante	0	10.722	23.656
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	10.593	23.400
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	633	633
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	0	9.960	22.767
1.02.01.09.03	Tributos Não-Correntes a Recuperar	0	9.960	22.767
1.02.02	Investimentos	0	129	256



**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2015</b>
2	Passivo Total	45.071	11.305	24.218
2.01	Passivo Circulante	93.754	82.866	93.481
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	122	82	77
2.01.02	Fornecedores	462	1.236	2.153
2.01.03	Obrigações Fiscais	2	13	9
2.01.05	Outras Obrigações	93.168	81.535	91.242
2.01.05.02	Outros	93.168	81.535	91.242
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	151	274	151
2.01.05.02.06	Empréstimos com partes relacionadas	93.017	81.261	91.091
2.02	Passivo Não Circulante	0	349.820	302.683
2.02.04	Provisões	0	349.820	302.683
2.02.04.02	Outras Provisões	0	349.820	302.683
2.02.04.02.04	Provisões para perda de investimentos	0	349.820	302.683
2.03	Patrimônio Líquido	-48.683	-421.381	-371.946
2.03.01	Capital Social Realizado	8.821.155	8.821.155	8.821.155
2.03.02	Reservas de Capital	0	30.362	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-8.860.522	-9.217.694	-9.038.635
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	0	-55.204	-154.466
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-9.316	0	0



**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	362.983	-182.272	-213.583
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.696	-5.384	-1.709
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	887.233	4.197	3.628
3.04.04.01	Ganho efeito da variação de participação em coligada	938.257	18.228	0
3.04.04.02	Realização de ajustes acumulados de conversão	-51.024	-14.031	0
3.04.04.03	Realização do deságio	0	0	3.628
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.491	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-517.063	-181.085	-215.502
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	362.983	-182.272	-213.583
3.06	Resultado Financeiro	-5.811	3.213	-21.771
3.06.01	Receitas Financeiras	555	9.624	2.545
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.366	-6.411	-24.316
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	357.172	-179.059	-235.354
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	357.172	-179.059	-235.354
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	357.172	-179.059	-235.354
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	11,03740	-5,53331	-7,27295
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	11,03740	-5,53331	-7,27295



**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	357.172	-179.059	-235.354
4.02	Outros Resultados Abrangentes	45.888	99.262	-148.804
4.02.01	Ajustes acumulados de conversão	55.204	99.262	-148.804
4.02.03	Ativos financeiros disponíveis p/venda var. liq vlr justo	-9.316	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	403.060	-79.797	-384.158



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-5.481	6.335	-9.057
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-7.556	-5.672	-2.211
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do exercício	357.172	-179.059	-235.354
6.01.01.03	Resultado de equivalência patrimonial	517.063	181.085	215.502
6.01.01.05	Ganho do efeito na alteração de participação em coligada	-938.257	-18.228	0
6.01.01.06	Realização de ajustes acumulados de conversão	51.024	14.031	0
6.01.01.08	Realização do deságio	0	0	-3.628
6.01.01.09	Outros	0	0	-3.465
6.01.01.10	Varição cambial não realizada sobre empréstimos e financiamentos	728	-8.743	20.876
6.01.01.11	Juros/encargos sobre financiamento passivo provisionados	4.714	5.242	3.858
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.075	12.007	-6.846
6.01.02.01	Outros créditos e partes relacionadas	308	-15	698
6.01.02.02	Impostos de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar	2.512	12.807	1.454
6.01.02.04	Fornecedores	-774	-917	-1.548
6.01.02.05	Salários e encargos trabalhistas	40	5	-2.946
6.01.02.06	Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recolher	-11	4	-4
6.01.02.09	Outras contas a pagar	0	123	-4.500
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	6.314	-6.329	8.921
6.03.02	Captações de empréstimos e financiamentos	6.314	8.593	11.068
6.03.03	Amortizações de Principal	0	-14.922	-2.147
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	833	6	-136
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	65	59	195
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	898	65	59



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	8.821.155	30.362	0	-9.217.694	-55.204	-421.381
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.821.155	30.362	0	-9.217.694	-55.204	-421.381
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	20.523	0	0	0	20.523
5.04.08	Ágio reflexo na emissão de ações da investida	0	20.523	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-50.885	0	357.172	45.888	352.175
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	357.172	0	357.172
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-50.885	0	0	45.888	-4.997
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	4.180	4.180
5.05.02.06	Variação no Valor Justo - Disponível p/venda	0	0	0	0	-9.316	-9.316
5.05.02.07	Ajustes de reclassificação na diluição de participação	0	-50.885	0	0	0	-50.885
5.05.02.08	Realização Ajuste Acumulado de Conversão	0	0	0	0	51.024	51.024
5.07	Saldos Finais	8.821.155	0	0	-8.860.522	-9.316	-48.683



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	8.821.155	0	0	-9.038.635	-154.466	-371.946
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.821.155	0	0	-9.038.635	-154.466	-371.946
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	30.362	0	0	0	30.362
5.04.09	Ágio reflexo na emissão de ações da investida	0	30.362	0	0	0	30.362
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-179.059	99.262	-79.797
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-179.059	0	-179.059
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	99.262	99.262
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	99.262	99.262
5.07	Saldos Finais	8.821.155	30.362	0	-9.217.694	-55.204	-421.381





**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	8.821.155	96.552	0	-8.893.511	-5.662	18.534
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.821.155	96.552	0	-8.893.511	-5.662	18.534
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-6.322	0	0	0	-6.322
5.04.08	Reconhecimento pro rata e cancelamento/anulação de opções de ações	0	-6.322	0	0	0	-6.322
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-235.354	-148.804	-384.158
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-235.354	0	-235.354
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-148.804	-148.804
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-148.804	-148.804
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-90.230	0	90.230	0	0
5.06.04	Compensação prejuízos acumulados	0	-90.230	0	90.230	0	0
5.07	Saldos Finais	8.821.155	0	0	-9.038.635	-154.466	-371.946



**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.175	-3.297	962
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.175	-3.297	962
7.03	Valor Adicionado Bruto	-5.175	-3.297	962
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-5.175	-3.297	962
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	369.996	-167.264	-209.329
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-517.063	-181.085	-215.502
7.06.02	Receitas Financeiras	-174	9.624	2.545
7.06.03	Outros	887.233	4.197	3.628
7.06.03.03	Realização de ajustes acumulados de conversão	-51.024	-14.031	0
7.06.03.04	Realização do deságio	0	0	3.628
7.06.03.05	Ganho do efeito na alteração de participação em investida	938.257	18.228	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	364.821	-170.561	-208.367
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	364.821	-170.561	-208.367
7.08.01	Pessoal	1.573	814	1.920
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.573	814	1.920
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	439	1.273	751
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.637	6.411	24.316
7.08.03.03	Outras	5.637	6.411	24.316
7.08.03.03.01	Despesas financeiras, juros, variação cambial e outros	5.637	6.411	24.316
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	357.172	-179.059	-235.354
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	357.172	-179.059	-235.354

